

BALANÇO SOCIAL EM UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS CATARINENSES

CLEUZENIR DA SILVA JUNIOR

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

EDUARDO TRAMONTIN CASTANHA

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

MILLA LÚCIA FERREIRA GUIMARÃES

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

GERALDO MILIOLI

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

LEOPOLDO PEDRO GUIMARÃES FILHO

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE



BALANÇO SOCIAL EM UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS CATARINENSES

1 INTRODUÇÃO

A busca por atuar com responsabilidade social tem adentrado a agenda de discussões das empresas e instituições de ensino, que vêm sendo cobradas pela sociedade a apresentar informações claras e transparentes sobre as ações socioambientais e o reflexo das suas práticas empresariais no ambiente em que estão inseridas.

Nesse contexto, a Contabilidade Ambiental tem se tornado aliada das organizações, visto que fornece aos seus usuários não apenas informações relativas ao desempenho de questões socioambientais, mas também oportuniza a identificação e mensuração das práticas ambientais que exercem impactos e modificações sobre a situação patrimonial.

O Balanço Social é um relatório utilizado pela contabilidade para repassar as informações sobre os efeitos sociais e ambientais das ações econômicas praticadas pelas empresas e instituições a todas as partes relacionadas. Também pode ser utilizado como ferramenta gerencial, por meio da comparação e análise dos dados coletados relativos às políticas administrativas e as relações da entidade com a sociedade, servindo de instrumento de controle e planejamento estratégico para a tomada de decisões (KROETZ, 2000).

As universidades têm papel primordial no processo de desenvolvimento humano, na produção do conhecimento científico e no compromisso com a comunidade. Morosini (2006, p. 341) as define como “instituições pluridisciplinares de formação de profissionais, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, por meio do estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes”, que abrange tanto o ponto de vista científico e cultural, como também regional e nacional.

As Universidades Comunitárias, por sua vez, caracterizam-se pela prestação de serviços sociais e de utilidade pública à população, podendo estes ser qualificados como responsabilidade social, filantropia, voluntariado ou projetos de extensão. Por este prisma, de contato permanente com a comunidade, a transparência de suas ações vem ao encontro das demandas sociais e institucionais, assim sendo, é imprescindível que as Universidades Comunitárias encontrem formas de divulgar o resultado das suas práticas sociais à seus *stakeholders*, ainda que não sejam obrigadas, por lei, a elaborá-las.

2 PROBLEMA E OBJETIVOS

Com as transformações ocorridas na sociedade nos últimos tempos, as organizações começaram a adotar novas posturas, atuando de modo mais consciente em relação ao meio ambiente, comunidade onde estão inseridas, fornecedores e colaboradores. Assim, surgiu também a necessidade de divulgar essa interação com os *stakeholders*, como forma de prestação de contas, por meio do Balanço Social.

A divulgação do Balanço Social não é obrigatória no Brasil. Assim, ficam de fora dessa obrigatoriedade, por exemplo, as Universidades, inclusive as de caráter comunitário, que desenvolvem e praticam inúmeros projetos socioambientais na sociedade em que estão inseridas. Desse modo, este estudo justifica-se ao procurar evidenciar se as Universidades Comunitárias de Santa Catarina demonstram suas ações sociais e de que forma ela é elaborada, visto que poucos estudos têm sido realizados nessa área. Também busca-se verificar, caso sejam demonstradas, se há algum padrão ou modelo seguido por essas instituições para a elaboração dessa demonstração contábil. As contribuições do presente estudo consistem, principalmente, no que diz respeito à necessidade de se prestar contas à sociedade das atividades desenvolvidas pelas entidades e divulgar essas informações em

Balancos Sociais; e na verificação da existência de uma padronização na estrutura de demonstrativo para o Balanço Social aplicável em instituições de ensino.

Neste contexto que apresenta-se a questão de pesquisa: Como as universidades comunitárias catarinenses demonstram à comunidade suas ações socioambientais? Para tanto tem-se como objetivos específicos: i) identificar os modelos de Balanço Social existentes no Brasil, apresentando suas divergências e convergências; ii) analisar o Balanço Social divulgado pelas universidades comunitárias de Santa Catarina; e, iii) comparar, por meio de um *checklist*, a forma como são apresentadas as ações socioambientais praticadas pelas universidades comunitárias de Santa Catarina.

O estudo caracteriza-se como qualitativo quanto a abordagem do problema; descritivo em relação aos objetivos e documental quanto aos procedimentos.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Instituições de ensino superior: foco nas universidades comunitárias

Segundo Kraemer (2000) as Instituições de Ensino Superior (IES) exercem influência no processo de desenvolvimento humano, na produção do conhecimento científico e no compromisso com a comunidade, por meio de uma gestão responsável e projetos educativos, devem alertar para os problemas ambientais, econômicos e sociais, apontando alternativas e soluções.

No Brasil, as IES são regulamentadas pela Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB) n. 9394 em vigor desde 1996, e devem cumprir algumas determinações para obter credenciamento como Faculdade, Centro Universitário ou Universidade. As Faculdades atuam em um número pequeno de áreas de estudo, não possuem autonomia para criar programas de ensino, apenas com autorização do Ministério da Educação (MEC), e o corpo docente deve ter, no mínimo, titulação de especialização obtida por cursar pós-graduação *lato sensu*. Normalmente, em faculdades a quantidade de docentes especialistas é maior do que os mestrados e doutorados. Os Centros Universitários oferecem graduações em diversos campos e têm autonomia para criar cursos de ensino superior. São, geralmente, menores que as Universidades e, conseqüentemente, sofrem menor exigência de programas de pós-graduação. Um terço do corpo docente precisa ter mestrado ou doutorado, além de que um quinto dos professores deve ser contratado em regime de tempo integral. As Universidades oferecem, obrigatoriamente, atividades de ensino, pesquisa e extensão (serviços ou atendimentos à comunidade) em várias áreas. Possuem autonomia para criar cursos sem solicitar autorização ao MEC. Com relação ao corpo docente, um terço deve ter titulação de mestrado ou doutorado, assim como professores contratados em período integral. Além disso, as Universidades devem desenvolver, ao menos, quatro programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), sendo um doutorado (BRASIL, 1996).

As IES definidas como Comunitárias apresentam como característica marcante a vinculação direta com a sociedade e a comunidade. São instituições sem fins lucrativos, que possuem gestão democrática, transparência administrativa e, principalmente, prestam contas à sociedade e ao poder público de suas ações, especialmente as sociais e ambientais (SCHMIDT; CAMPIS, 2009). As Universidades Comunitárias caracterizam-se também pela prestação de serviços sociais e de utilidade pública à população, podendo ser de responsabilidade social, filantropia, voluntariado ou projetos de extensão, que se constitui, de acordo com Felipe et al. (2013) em ações intere multidisciplinares, articulando os saberes da vida acadêmica e cotidiana, para compreender a realidade com intuito de responder aos desafios apresentados, promovendo e ampliando o contato da instituição com a sociedade.

3.2 Contabilidade ambiental, responsabilidade social e as demonstrações contábeis socioambientais

A Contabilidade é uma ciência social aplicada que tem a finalidade de coletar, registrar, informar e interpretar os fenômenos que afetam o patrimônio das entidades, bem como sua situação econômica e financeira, para tomada de decisões (MARION, 2009; TINOCO; KRAEMER, 2011). Com o passar dos anos, normas e leis ambientais começaram a atuar mais efetivamente nas atividades empresariais. Do mesmo modo a sociedade passou a se preocupar com os impactos ambientais, exigindo das entidades a redução na exploração e a reparação dos danos causados. Dessa forma, a Contabilidade precisou se adaptar para atender essa nova necessidade, que envolve fatores relacionados ao meio ambiente e as questões sociais. Assim surge a Contabilidade Ambiental que se dedica a estudar o patrimônio ambiental das entidades com vistas a fornecer informações para decisões pautadas na redução do impacto e do risco ambiental e na uma eficiência econômica das entidades com justiça social e prudência ecológica (KEINERT, 2007; COSTA, 2012).

Os primeiros indícios sobre ações de Responsabilidade Social, de acordo com Torres (2005), surgiram no início do século XX. No entanto, na década de 1960, nos Estados Unidos, por conta das consequências negativas geradas pela guerra com o Vietnã, a sociedade passou a protestar contra as grandes organizações, exigindo uma nova postura ética. Diante disso, as entidades começaram a apresentar anualmente relatórios que descreviam suas práticas sociais. A partir dos anos 70, tal ação popularizou-se também em países da Europa, principalmente na França, Alemanha e Inglaterra. No Brasil, as primeiras manifestações surgiram no final da década de 70.

No contexto atual, a Responsabilidade Social representa um diferencial para as organizações, tornando-se um fator de sobrevivência no mercado globalizado. As entidades não devem focar apenas no lucro, mas sim na busca por uma atuação baseada em princípios éticos e na qualidade de suas relações, tudo isso visando manifestar sua preocupação com as ações sociais e criar uma nova imagem para seus usuários (PASSADOR, 2002).

Segundo Young (2009) a Responsabilidade Social é a gestão pautada na relação ética e transparente da empresa com *stakeholders* por meio de metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. Trata-se do compromisso organizacional perante a sociedade ao expressar atitudes que afetem positivamente o ambiente em que está inserida, assumindo obrigações morais não vinculadas a suas atividades, e que contribuam com o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, encontram-se as IES, agentes sociais no processo de desenvolvimento local, cuja responsabilidade social está para além de formar profissionais para o mundo do trabalho por meio do ensino, pesquisa e extensão. Está centrada em formar cidadãos que por meio de ações propositivas busquem a transformação social (CARVALHO, 2005).

A educação em nível superior é fundamental para o desenvolvimento sustentável, pois é responsável por formar profissionais comprometidos com o ambiente em que estão inseridos, por meio da produção e socialização de conhecimentos não apenas com mérito científico, mas também, valor social e formativo (DIAS SOBRINHO, 2005).

No que tange a responsabilidade social universitária, Pereira (2003) acredita tratar-se de conjunto de ações planejadas com o intuito de privilegiar a integração comunitária, buscando soluções para as questões de interesse comum, além de incentivar a educação continuada para a geração de novos conhecimentos e apoiar a criação e produção cultural nas

ações educativas. Caixeta e Souza (2013) complementam que as ações também servem para propor mudanças e melhorias na instituição, seja ela nas relações internas ou externas; institucionalizar a solidariedade nas ações empreendidas na instituição de ensino; e, ainda, evidenciar a preocupação e práticas relacionadas à sustentabilidade.

3.3 Demonstrações contábeis socioambientais

O demonstrativo contábil utilizado para evidenciar o conceito de responsabilidade social de uma entidade, bem como os seus compromissos com a sociedade em geral, é o Balanço Social (BS), apresentado em linguagem de fácil acesso a todos os públicos.

O BS foi criado na França no ano de 1977, por conta da cobrança da sociedade para que as organizações investissem mais na preservação do meio ambiente, buscando melhor qualidade de vida para toda a população. No Brasil, as discussões sobre a elaboração do BS iniciaram na década de 1970, sendo que a partir da década de 1990 corporações de diferentes setores passaram a publicá-lo (RIBEIRO, 2010).

Com relação ao seu contexto histórico no Brasil, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE (2018) destaca que no ano de 1997, Herbert de Souza, conhecido nacionalmente como Betinho, iniciou uma campanha pela divulgação voluntária do BS que ganhou visibilidade nacional, contando com o apoio e participação de diversas lideranças empresariais. Essa iniciativa despertou uma nova mentalidade nas organizações e novas práticas passaram a ser desenvolvidas.

O Balanço Social é um demonstrativo econômico e social que evidencia a gestão socialmente responsável, por meio de dados sobre as práticas de Responsabilidade Social realizada pelas entidades. Para Iudícibus e Marion (2007), o Balanço Social é um relatório com dados que permitem conhecer alguns aspectos importantes sobre as entidades, complementando o sistema de informação contábil. É possível identificar a qualidade das relações entre a entidade e empregados, bem como a participação destes nos resultados econômicos. Também pode-se verificar o perfil de sua atuação social ao longo do ano, evidenciando a forma que ocorre a interação com a comunidade e com o meio ambiente (MARION, 2007; MAZZIONI; TINOCO; OLIVEIRA, 2007).

Kroetz (2000) apresenta outras finalidades para a elaboração do BS, tais como: a) revelar a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade; b) evidenciar as contribuições à qualidade de vida da população; c) abranger o universo das interações sociais entre os *stakeholders*; d) apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias; e) ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade; f) contribuir para a implantação e manutenção de processos de qualidade; g) medir os impactos das informações apresentadas no BS perante a comunidade; h) verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão; i) servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da entidade e sindicatos ou representantes dos funcionários; e; j) evidenciar os objetivos e as políticas administrativas, agregando ao resultado econômico os resultados sociais.

O BS é elaborado e estudado a partir de 4 vertentes: 1) o balanço ambiental, que demonstra a postura da empresa em relação aos recursos naturais e o impacto das suas ações no meio ambiente; 2) o balanço de recursos humanos, o qual se evidencia o perfil dos empregados e/ou associados (idade, sexo, formação escolar, remuneração e benefícios recebidos na empresa, dentre outros); 3) os benefícios e a contribuição à sociedade em geral, por onde se verifica todas as ações e práticas voltadas diretamente à população, tais como contribuições a entidades assistenciais e filantrópicas, preservação de bens culturais, educação de necessitados, entre outros; e 4) a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que

discrimina o que a empresa agregou de riqueza à sociedade onde está inserida (SANTOS, 2003; IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2009).

O IBASE, a *Global Reporting Initiative* (GRI) e o Instituto Ethos são responsáveis pelos modelos de Balanço Social comumente utilizado pelas organizações brasileiras.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas foi fundado em 1981, sem intuito político ou religioso e sem fins lucrativos. Em 1997, desenvolveu um modelo de Balanço Social apoiado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e em parceria com técnicos, pesquisadores e representantes de instituições públicas e privadas. Este modelo demonstra, de maneira detalhada, dados relacionados à Responsabilidade Social das organizações, trazendo informações sobre folha de pagamento, gastos com encargos sociais de empregados, despesas ambientais e investimentos sociais (IBASE, 2018).

Para Torres(2008, p. 24), a credibilidade conquistada pelo IBASE vem ganhando força ao longo dos anos. Atualmente o relatório é estruturado da seguinte forma: 1) identificação da organização; 2) origem dos recursos (governamentais, doações, convênios, contribuições e outras); 3) aplicação de recursos (destinação para projetos, programas e ações sociais, pessoal, e despesas diversas; 4) indicadores sociais internos (ações e/ou benefícios destinado aos funcionários); 5) Projetos, ações e contribuições para a sociedade; 6) outros indicadores (especificamente para as Instituições de Ensino, onde se destacam o número total de estudantes, bolsas e seus respectivos valores, entre outros; 7) indicadores sobre o corpo funcional; 8) qualificação do corpo funcional (nível de escolaridade dos empregados e associados); 9) informações relevantes quanto à ética, transparência e Responsabilidade Social; e, 10) outras informações relevantes.

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma instituição independente que desenvolve e dissemina diretrizes para os relatórios de sustentabilidade que possam ser usados por organizações de todos os tamanhos, setores e localidades (GRI, 2018).

Segundo Godoy (2007), os indicadores de desempenho da GRI são organizados hierarquicamente, por categoria, aspecto e indicador, de acordo com padrões internacionais. Os indicadores são divididos em: a) indicadores de desempenho econômico, que dizem respeito aos impactos da organização sobre a economia do meio em que estão inseridas; b) indicadores de desempenho ambiental, com relação aos impactos ambientais gerados pelas atividades; e, c) indicadores de desempenho social, relacionados a práticas trabalhistas, direitos humanos e demais aspectos que afetam os *stakeholders*. A estrutura básica de BS proposta pela GRI (2016) é composta por: a) visão e estratégia (declaração da organização quanto sua contribuição para o desenvolvimento sustentável); c) perfil da organização; d) escopo do relatório (dados para contato, período das informações, abrangência e outros); e) perfil do relatório (critérios empregados na elaboração do relatório e dos indicadores); f) estrutura de governança; g) engajamento das partes interessadas; h) políticas abrangentes e sistemas de gestão (formas utilizadas para administrar impactos econômicos, ambientais e sociais resultantes de suas atividades, evidenciando os programas, ações e políticas); i) sumário; e, j) indicadores de desempenho econômicos, sociais e ambientais.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização não governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa (ETHOS, 2018).

De acordo com Godoy (2007), trata-se de um modelo que incorpora a planilha proposta pelo IBASE e possui indicadores que auxiliam na avaliação da gestão com relação a práticas socioambientais, planejamento de estratégias e controle do desempenho da

organização. Além disso, traz um detalhamento sobre as ações da organização, e evidencia os problemas encontrados e dos resultados obtidos.

O modelo proposto pelo Instituto Ethos (2018) é estruturado em 4 seções, a) apresentação (mensagem do presidente e o setor econômico em que a organização está inserida); b) a empresa (histórico, missão, valores, e governança corporativa); c) atividade empresarial (indicadores de desempenho, econômico e social, relacionados à responsabilidade social). d) anexos: (demonstrativo do BS no modelo IBASE, projetos sociais e notas gerais).

Apesar de possuírem o mesmo objetivo, os modelos possuem diferentes características e especificidades. Os Indicadores Ambientais do modelo IBASE podem ser comparados aos Indicadores de Desempenho do Meio Ambiente no modelo GRI e ao Meio Ambiente do Instituto Ethos. Os Indicadores do Corpo Funcional do IBASE equiparam-se aos Indicadores Referentes a Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente no GRI e a Público Interno do Instituto Ethos, relacionados aos empregados da empresa. Com relação aos Indicadores de Base de Cálculo do IBASE, existe similaridade nos Indicadores de Desempenho Econômico (GRI) e Valores, Transparência e Governança (Instituto Ethos). As Informações Relevantes do IBASE complementam as informações de Base de Cálculo, igualando-se aos modelos GRI e Instituto Ethos. As principais divergências, quando comparado o modelo IBASE aos demais modelos, estão nos Indicadores Sociais Internos e Externos. Essa categoria possui algumas características presentes em outros indicadores, tanto do modelo GRI quanto no Instituto Ethos. Um exemplo pode ser visto no Indicador Interno de Saúde, especificado no modelo do GRI no Indicador de Desempenho referente a Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, e no modelo do Instituto Ethos no Indicador Público Interno. Com relação ao modelo do Instituto Ethos, existem quatro indicadores equivalentes a outros três do modelo GRI, mas que não possuem relação com o IBASE: Fornecedores, Consumidores e Clientes, Comunidade, Governo e Sociedade.

O modelo do IBASE é um modelo reduzido e simplificado, cujo objetivo principal é a divulgação dos resultados a todos os interessados, principalmente os colaboradores da empresa, enquanto o modelo do GRI apresenta informações mais detalhadas e subjetivas. Já o modelo do Instituto Ethos baseia-se nas diretrizes do GRI e adaptado ao cenário brasileiro. (GODOY, 2007)

Outra demonstração contábil de cunho social é a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) que tem por objetivo evidenciar a capacidade de geração de riqueza das entidades e sua distribuição para a sociedade onde está inserida. Trata-se de um componente do BS que segundo Marion (2012) demonstra o quanto uma entidade gerou de valor aos seus fatores de produção e a forma como foi feita a distribuição entre seus empregados, acionistas, governo, entre outros, e quanto ficou retido para a entidade.

Para Assaf Neto (2015) trata-se da demonstração da receita deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros, e representa a contribuição da entidade para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do seu País.

Com relação à elaboração, apresentação e divulgação da DVA faz-se necessário atender alguns requisitos, tais como: elaborada com base no pilar da competência; apresentada de forma comparativa (período atual e anterior); divulgada como informação complementar às demonstrações contábeis; elaborada com base nas demonstrações consolidadas do valor adicionado individuais, no caso da divulgação da DVA consolidada; incluir a participação dos acionistas minoritários no componente relativo à distribuição do valor adicionado individuais, no ato da divulgação da DVA consolidada; conter representação percentual participativa; consistente com a demonstração do resultado e conciliada em registros auxiliares mantidos pela entidade; e ser objetivo de revisão ou auditoria se a entidade

possuir auditores externos independentes que revisem ou auditem seus Demonstrações Contábeis (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007, p. 503).

3.4 Estudos correlatos

Em pesquisa por artigos correlatos na base de dados Spell, utilizando-se o recurso de busca avançada em com as expressões “balanço social” e “instituições de ensino superior”, no período compreendido entre os anos de 2010 e 2018 encontrou-se 3 trabalhos:

Negra, Teixeira e Carmo (2001) foram os pioneiros no País ao propor um modelo de BS que se adaptasse às necessidades das IES brasileiras. O modelo contém dois indicadores: a) os monetários, com quatro subdivisões, focando no valor gerado pelas atividades da instituição; e, b) os físicos, divididos em cinco categorias, tratando de aspectos relacionados ao quadro de funcionários, total de cursos e acadêmicos. Concluíram que o BS não deve ser visto como instrumento de análise apenas na questão social, mas também considerá-lo uma ferramenta importante para decisões financeiras, servindo como um relatório gerencial.

Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007) apresentaram o delineamento de uma proposta de BS para uma Fundação Universitária, como demonstrativo útil na gestão das organizações e prestação de contas aos *stakeholders*. A proposta sugerida é composta de nove tópicos contendo informações econômicas, financeiras, sociais e ambientais. Também apresenta procedimentos éticos, de transparência e de responsabilidade social na gestão das entidades. Como resultados, identificaram que o demonstrativo é uma alternativa viável de informação à sociedade, que possui uma relação custo-benefício bastante favorável.

Martins et al. (2013) analisaram a aplicabilidade do BS em IES desenvolvido a partir do modelo estabelecido pelo IBASE. Concluíram que o BS é o demonstrativo mais indicado para expor as informações sobre os investimentos realizados nos diversos programas desenvolvidos pelas IES, pois evidencia dados quantitativos e qualitativos que permitem a análise das ações praticadas e controle de recursos. No entanto, o principal ponto negativo é a falta de padronização desse demonstrativo entre as Instituições.

4 DISCUSSÃO

Para identificar quais as IES catarinenses se enquadravam na categoria de Universidade Comunitária (UC) consultou-se o sítio eletrônico da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC). A ABRUC possui sede em Brasília, e reúne atualmente 68 Instituições Comunitárias de Ensino Superior, com conceitos entre 3 a 5 no Índice Geral dos Cursos (IGC). São entidades sem fins lucrativos, que desenvolvem ações educacionais nas áreas de ensino, pesquisa e extensão e apresentam excelência em suas atividades.

Santa Catarina conta atualmente com 7 IES com caráter comunitário, as quais são: Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

Posteriormente, foi coletado nos sítio eletrônico de cada UC os seus respectivos BS. Para melhor análise comparativa optou-se por selecionar apenas as instituições que

divulgarão o relatório ininterruptamente entre os anos de 2013 a 2016, as quais são: UNOCHAPECÓ, UNESC, UNOESC, UNISUL e UNIVALI.

Em seguida iniciou-se a análise documental nos Balanços Sociais divulgados com o objetivo de evidenciar o modo como demonstram suas ações sociais, bem como verificar a existência de padronização ou modelo seguido por essas instituições corroborando ou não com os achados da pesquisa de Martins et al. (2013).

Para melhor comparar as informações contidas no Balanço Social das Universidades Comunitárias selecionadas elaborou-se um *checklist* com 13 indicadores, fundamentados no modelo de Balanço Social para Fundações Universitárias, proposto por Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007). Este modelo é composto por 9 tópicos, contendo informações econômicas, financeiras, sociais e ambientais além de apresentar procedimentos éticos, de transparência e de responsabilidade social na gestão das entidades. A proposta considera os principais modelos teóricos existentes, especialmente do IBASE, voltados para as instituições de ensino, fundações e organizações sociais.

Os Balanços Sociais das 5 universidades selecionadas para o estudo foram analisados tomando por base uma lista de verificação com o intuito de observar os principais itens que vem sendo divulgados pelas instituições para dar transparências as suas ações de responsabilidade socioambiental. Os itens apontados no *checklist* são fundamentados no modelo de Balanço Social proposto por Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007). Cabe ressaltar que o intuito é, por meio da proposta elaborada pelos autores, verificar quantos e quais os itens do modelo estão sendo aplicados na prática pelas UC na elaboração de seus relatórios socioambientais. Deste modo, caso as Universidades não contemplem em seus Balanços Sociais determinados indicadores do modelo proposto, não significa afirmar que seus relatórios estão incompletos, mas sim que podem ser revisados para contemplar ainda mais informações e aumentar a transparência de suas ações para a sociedade.

O *checklist* contempla 13 indicadores que serviram de base para coletar informações nos Balanços Sociais das UC englobando os seguintes tópicos:

A) Informações econômicas, sociais e ambientais (de 1 a 8): 1) elabora e divulga alguma demonstração que contenha informações de caráter social e ambiental?; 2) elabora e divulga o Balanço Social?; 3) apresenta em seu Balanço Social todas as informações de identificação da Instituição? (nome, missão, filosofia, principais projetos...); 4) apresenta informações sobre indicadores monetários, evidenciando as aplicações de recursos efetuadas pela entidade com a receita bruta do período?; 5) apresenta informações acerca das políticas de gestão de recursos humanos e da relação estabelecida com os colaboradores? (indicadores do corpo funcional, do corpo docente, corpo técnico-administrativo...); 6) apresenta informações com indicadores acadêmicos? (quantidade de alunos na graduação e pós-graduação, quantidade de alunos com bolsas de estudos, evasão, reprovação e total de cursos ofertados...); 7) elabora e divulga a DVA? 8) apresenta informações acerca do meio ambiente, tais como as ações desenvolvidas de preservação ambiental, e ainda as multas ambientais, ações judiciais sofridas no período e as metas de prevenção para o próximo exercício?

B) Informações relativas à ética e transparências das instituições e de responsabilidade socioambientais (de 9 a 11): 9) apresenta informações relativas à ética, transparência e responsabilidade social?; 10) apresenta informações sobre o desenvolvimento de projetos futuros de impacto social?; 11) apresenta informações sobre o desenvolvimento de projetos futuros de impacto ambiental?

C) Outras informações relevantes e Responsabilidades (item 12 e 13): 12) apresenta um espaço com outras informações julgadas importantes e relevantes e que não tenham sido contempladas anteriormente? 13) apresenta, ao final do seu Balanço Social, a

assinatura do responsável pela entidade e do contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade?

Na medida em que as informações iam sendo encontradas nos Balanços Sociais das Universidades Comunitárias selecionadas, ia-se assinalando as opções “Sim”, “Não” ou “Parcialmente”.

No Balanço Social publicado pela UNIVALI todos os itens do tópico A (1 a 8) que trata das informações econômicas, sociais e ambientais estão contemplados. No que tange aos itens do tópico B (9 a 11) que trata das informações relativas à ética, transparências das instituições e responsabilidade socioambientais foram encontrados os indicadores 9 e 11 foram encontrados parcialmente e o indicador 10 não foi encontrado. Em relação ao tópico C que deixa espaço para outras informações que a IES julgue interessante ressaltar, bem como, apresenta a assinatura dos responsáveis pela demonstração (12 e 13) não foram citados no relatório social.

No Balanço Social da UNOCHAPECÓ dentre os itens do tópico A (1 a 8) com exceção do 4 que foi encontrado parcialmente, os demais estão contemplados no relatório. Em relação ao tópico B apenas o item 9 foi encontrado parcialmente, os demais não foram mencionados; e, nenhuma informação foi encontrada referente ao tópico C.

No Balanço Social da UNOESC todos os itens do tópico A foram citados e nenhum item dos tópicos B e C foram encontrados no relatório.

No Balanço Social da UNISUL dentre os itens do tópico A (1 a 8) com exceção do 6 que não foi mencionado e do 7 encontrado parcialmente, os demais estão contemplados no relatório. Em relação ao tópico B apenas o item 9 foi encontrado parcialmente, os demais não foram mencionados; e, no que se refere ao tópico C a instituição foi a única e socializar informações adicionais relevantes, mas não apresentou a assinatura do responsável pela elaboração do relatório.

No Balanço Social da UNESC no tópico as informações referentes aos itens 1, 2, 7 e 8 foram encontradas, os itens 3 e 6 foram citados parcialmente e os itens 4 e 5 não foram apresentados. Nenhum item dos tópicos B e C foram encontrados no relatório.

Assim, após a análise da aplicação da lista de verificação em todas as UC selecionadas para o estudo, foi feita a apuração dos resultados para verificar qual delas contemplava melhor os indicadores em seu Balanço Social. Para definir os percentuais obtidos, foi atribuído peso 1 para cada resposta assinalada como afirmativa e também para as negativas. Já as questões assinaladas “parcialmente”, foram consideradas como sendo 0,5 em respostas afirmativas e 0,5 em negativas. Após os cálculos chegou-se aos seguintes resultados: UNIVALI (69,23%), UNOCHAPECÓ, UNOESC e UNISUL (61,54%) e, UNESC (38,46%). Cabe salientar que, quanto maior o percentual obtido de respostas afirmativas, mais abrangentes e completas são as informações alocadas nos Balanços Sociais das Universidades em questão.

Percebe-se assim, que cada Universidade possui um modo específico de demonstrar seu Balanço Social, apresentando algumas similaridades entre si. No entanto, levando em conta o modelo proposto por Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007), todas elas mostraram que ainda podem incorporar mais indicadores e informações em seu demonstrativo, conforme apresenta o Quadro 1.



Quadro 1 – Resultado da apuração das respostas do *checklist* por questões.

TÓPICO	(NOME DA UNIVERSIDADE)	RESPOSTAS		
	A Universidade...	SIM	NÃO	PARCIAL
A) Informações econômicas, sociais e ambientais	1) elabora e divulga alguma demonstração que contenha informações de caráter social e ambiental?	5	0	0
	2) elabora e divulga o Balanço Social?	5	0	0
	3) apresenta em seu Balanço Social todas as informações de identificação da Instituição? (nome, missão, filosofia, principais projetos...)	4	0	1
	4) apresenta informações sobre indicadores monetários, evidenciando as aplicações de recursos efetuadas pela entidade com a receita bruta do período?	3	1	1
	5) apresenta informações acerca das políticas de gestão de recursos humanos e da relação estabelecida com os colaboradores? (indicadores do corpo funcional, do corpo docente, corpo técnico-administrativo...)	4	1	0
	6) apresenta informações com indicadores acadêmicos? (quantidade de alunos na graduação e pós-graduação, quantidade de alunos com bolsas de estudos, evasão, reprovação e total de cursos ofertados...)	3	1	1
	7) elabora e divulga a DVA?	4	0	1
	8) apresenta informações acerca do meio ambiente, tais como as ações desenvolvidas de preservação ambiental, e ainda as multas ambientais, ações judiciais sofridas no período e as metas de prevenção para o próximo exercício?	5	0	0
B) Informações relativas à ética, transparências, responsabilidade socioambientais	9) apresenta informações relativas à ética, transparência e responsabilidade social?	0	2	3
	10) apresenta informações sobre o desenvolvimento de projetos futuros de impacto social?	0	5	0
	11) apresenta informações sobre o desenvolvimento de projetos futuros de impacto ambiental?	0	4	1
C) Outras informações e Responsabilidades	12) apresenta um espaço com outras informações julgadas importantes e relevantes e que não tenham sido contempladas anteriormente?	1	4	0
	13) apresenta, ao final do seu Balanço Social, a assinatura do responsável pela entidade e do contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade?	0	5	0
TOTAL POR RESPOSTAS		34	23	8
% TOTAL DE RESPOSTAS "SIM"		58,46		

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por meio do apresentado no Quadro 1 percebe-se que os principais pontos não relatados nos Balanços Sociais das Universidades foram os alocados nos itens 9, 10, 11 e 13. O item 9 trata das informações relacionadas à ética, transparência e responsabilidade social, que segundo Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007) permitem relatar como ocorre o processo de admissão dos colaboradores; se critérios éticos e de responsabilidade socioambiental são exigidos ou não considerados na seleção de parceiros e prestadores de serviços; se há participação dos colaboradores no planejamento da instituição; os processos eleitorais; e a atuação do conselho de ética em todas as atividades da instituição. Neste item apenas 3 instituições (UNIVALI, UNOCHAPECÓ e UNISUL) apresentaram informações parciais,

dentre eles a diferença entre menor e maior remuneração, processo de admissão dos colaboradores e atuação do conselho de ética.

Com relação aos itens 10 e 11 que tratam dos projetos futuros de impacto social e ambiental, percebe-se que apenas a UNIVALI trouxe informações parciais, enquanto as demais não demonstraram nenhuma informação relacionada. Segundo Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007) o desenvolvimento de projetos futuros de impactos socioambientais, permite evidenciar e relatar o planejamento de ações de médio e longo prazo no desenvolvimento regional, às contribuições a arte e a cultura, projetos de expansão, novos investimentos em bibliotecas, entre outros.

No que tange ao item 13, que trata da assinatura do responsável pela entidade e do contador, nota-se que nenhuma das UC apresentou essa informação. No entanto apresentam uma lista nominal da equipe envolvida na elaboração e divulgação do relatório.

AUNISUL foi a única instituição que apresentou outras informações relevantes que não tenham sido contempladas em outros indicadores (item 12). No entanto, visto que trata-se de uma informação opcional, a baixa incidência desse quesito no Balanço Social não implica em um fato relevante a ser apontado.

Levando-se em conta as três dimensões de sustentabilidade (econômicas, sociais e ambientais) propostas por Godoy (2007), buscou-se identificar quais os evidenciados, com maior menor frequência, pelas UC em seus Balanços Sociais. Para tanto, analisou-se o *checklist* elaborado categorizando os indicadores nas três dimensões e verificou-se com que frequência cada Universidade apresentou esses indicadores em seu Balanço Social, ressaltando que quanto maior o percentual obtido, maior a quantidade de informação da respectiva dimensão foi encontrada no relatório. A apuração desta análise pode ser observada no Quadro 2.

Quadro 2 – Frequência dos Indicadores nos Balanços Sociais das Universidades.

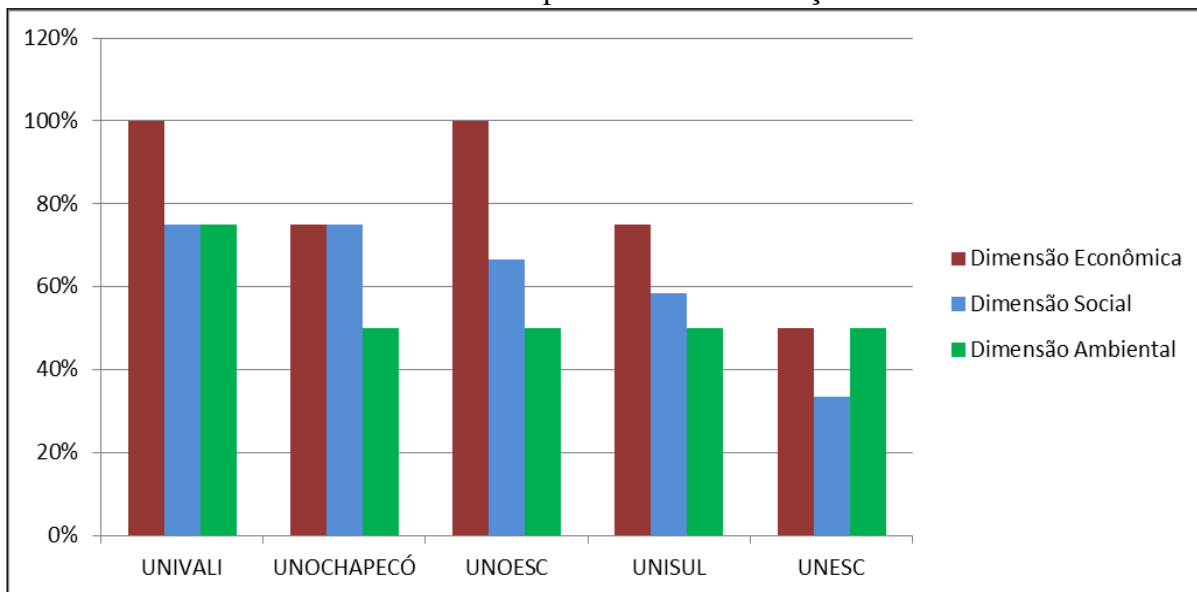
DIMENSÃO	UNIVERSIDADES				
	UNIVALI	UNOCHAPECÓ	UNOESC	UNISUL	UNESC
Econômica	100,0%	75,0%	100,0%	75,0%	50,0%
Social	75,0%	75,0%	66,6%	58,3%	33,3%
Ambiental	75,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%

Fonte: elaborado pelos autores.

De acordo com o Quadro 2, percebe-se que apenas a UNIVALI e a UNOESC apresentaram todas as informações relacionadas a dimensão econômica em seus Balanços Sociais, as demais deixaram de relatar algum item. Em se tratando da dimensão social, nota-se que todas as Universidades Comunitárias deixaram de apresentar alguma informação desta natureza, sendo que UNIVALI e a UNOCHAPECÓ obtiveram maior percentual de informação de cunho social ao passo que a UNESC apresentou a menor classificação entre elas. Quanto a dimensão ambiental, a UNIVALI apresentou o maior percentual (75%), enquanto as demais instituições tiveram seus percentuais similares (50%), o que mostra que todas deixaram de apresentar algumas informações de aspectos ambientais.

Além disso, nota-se uma forte tendência de que a dimensão econômica tende a ser evidenciada com maior frequência pelas Universidades Comunitárias, enquanto as informações ambientais são as que apresentam menores resultados. No Gráfico 1 é possível verificar essa tendência.

Gráfico 1 – Análise dos indicadores presentes no Balanço Social das Universidades.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Pode-se perceber que praticamente todas as Universidades tiveram os percentuais de indicadores econômicos maiores que os demais, com exceção da UNOCHAPECÓ, que manteve igualdade entre o econômico e o social. Além disso, nota-se que os indicadores ambientais tendem a serem os que menos aparecem nos Balanços Sociais, exceto o da UNIVALI, que teve o percentual igual ao social e da UNESC, que teve o percentual maior do que o social. O mesmo pode ser observado quando analisado as três dimensões agrupadas, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Frequência total das dimensões nos Balanços Sociais das UC.

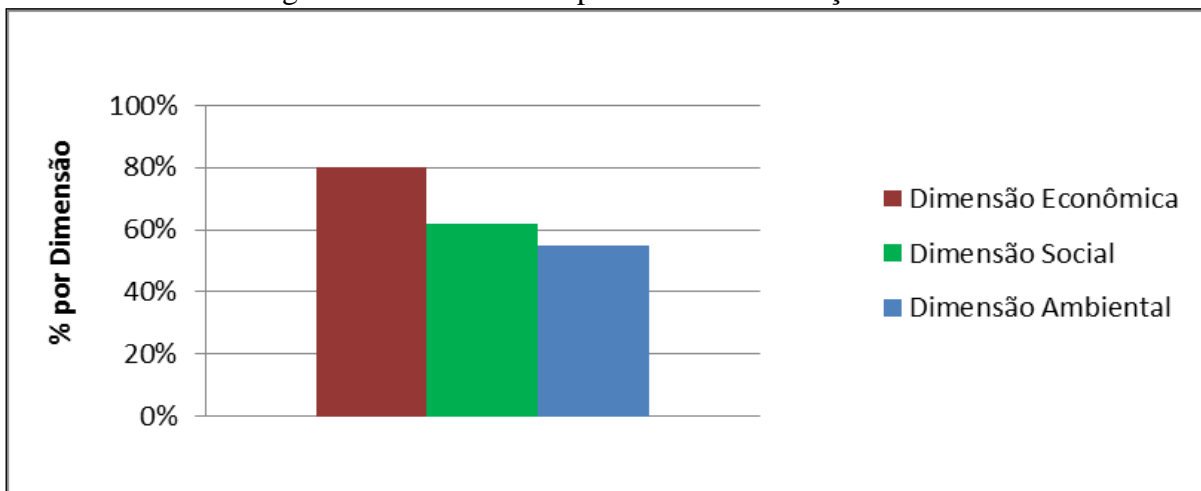
DIMENSÃO	TOTAL GERAL
Econômica	80,0%
Social	61,7%
Ambiental	55,0%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota-se, conforme Quadro 3, que no geral, a dimensão econômica aparece com maior frequência no Balanço Social das Universidades Comunitárias de Santa Catarina (80%), seguido da dimensão social (61,7%) e da dimensão ambiental (55%). A análise dessa tendência pode ser observada no Gráfico 2.



Gráfico 2 – Análise geral dos indicadores presentes no Balanço Social das Universidades.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Desse modo, pode-se perceber que existe uma maior facilidade na apuração e evidenciação de dados econômicos, pois estão mais presentes em outras demonstrações contábeis elaboradas pelas instituições, enquanto as informações socioambientais ainda requerem uma maior atenção dentre as Universidades no momento da divulgação em seus Balanços Sociais.

5 CONCLUSÃO

A Contabilidade Ambiental tem ampliado sua importância para as empresas que se veem obrigadas a prestar contas para a sociedade acerca de assuntos de caráter socioambiental, por meio de demonstrativos com informações transparentes e realistas.

Observou-se que o Balanço Social surge como um demonstrativo voltado para a prestação de contas à sociedade, sendo uma ferramenta gerencial com dados qualitativos e quantitativos relativos às políticas administrativas e a relação da entidade e o ambiente em que está inserida.

As Universidades Comunitárias, por sua vez, prestam serviços sociais e de utilidade pública a população, e por conta disso, buscam no Balanço Social a melhor maneira de divulgar os resultados de suas práticas sociais aos seus *stakeholders*. Diante disso, o objetivo geral do trabalho constituiu-se em verificar como as universidades comunitárias catarinenses demonstram suas ações socioambientais à comunidade.

Dentre os modelos de Balanço Social comumente utilizado pelas organizações brasileiras, encontram-se o proposto pelo IBASE, o GRI e o Instituto Ethos. Constatou-se que entre as Universidades analisadas, a UNIVALI, a UNOCHAPECÓ, a UNOESC e a UNISUL utilizam o modelo IBASE, enquanto a UNESC não se baseia em nenhum dos três modelos. Apesar de oferecer direcionamentos para a elaboração do demonstrativo o modelo IBASE não estabelece nenhum padrão entre as Universidades, resultado semelhante aos achados por Martins et al. (2013) em suas pesquisas na qual evidenciaram que o Balanço Social é o demonstrativo mais indicado para expor as informações sobre os investimentos realizados nos diversos programas desenvolvidos pelas instituições de ensino superior, mas que a principal deficiência é a falta de padronização desse demonstrativo entre as elas.

Utilizando-se da proposta de Balanço Social para uma Fundação Universitária oriundo da pesquisa de Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007), verificou-se também que, apesar de ser

um delineamento mais completo e especificamente voltado para Universidades, ainda não é devidamente utilizado pelas instituições catarinenses, que elaboram modelos próprios e distintos entre si.

Baseado na análise comparativa com o modelo citado percebeu-se que a UNIVALI foi a UC que abrangeu o maior número de indicadores presentes na proposta (69,23%). Os principais aspectos a serem aprimorados são relacionados às dimensões sociais e ambientais, especialmente acerca da divulgação de projetos futuros de impacto socioambiental. A UNOCHAPECÓ, UNOESC E UNISUL, tiveram no geral o mesmo percentual de abrangência das informações da proposta em seu Balanço Social (61,54%). Destaca-se que os dados faltantes em seu demonstrativo são relacionados às informações sociais, e principalmente as de caráter ambiental. A UNESC obteve o menor percentual de informações e indicadores presentes na proposta. A universidade possui um demonstrativo com enfoque em seus projetos, porém deixa de evidenciar aspectos quantitativos de informações econômicas, ambientais e, principalmente, as sociais.

De maneira geral, os aspectos da dimensão econômica aparecem com maior frequência nos Balanços Sociais das universidades (80%), seguidas das informações sociais (61,7%) e por último as informações ambientais (55%).

Desse modo, percebeu-se que para todas as Universidades Comunitárias catarinenses analisadas existem aspectos a serem aprimorados e contemplados em seus Balanços Sociais. Assim, respeitando as especificidades de cada Instituição, sugere-se que estas façam um exercício de revisar seus demonstrativos socioambientais para contemplar ainda mais informações e aumentar a transparência de suas ações para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-Financeiro: comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos.** 11ª Edição, São Paulo: Atlas, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS. Disponível em: <<http://www.abruc.org.br/>> Acesso: 02 jul. 2018.

BRASIL. Lei 9.394/96 - **Diretrizes e bases da educação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso: 11 jul. 2018.

CAIXETA, J. E.; SOUSA, M. A. **Responsabilidade social na educação superior: contribuições da psicologia escolar.** 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141385572013000100014&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso: 19 jul. 2018.

CARVALHO, G. M. G. **Responsabilidade social no ensino superior privado.** 2005. Disponível em <www.abmes.org.br/dowland/associados/publicacoes/revista_estudos/34/estudos_34.pdf>. Acesso: 09 out 2016.

COSTA, C. A. G. **Contabilidade ambiental: mensuração, evidenciação e transparência.** São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS SOBRINHO, J. Educação Superior, globalização e democratização. **Revista Brasileira de Educação**, 28, 164-173, 2005.

FELIPPE, W. C. et al. **Extensão nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior:** referenciais para a construção de uma política nacional de extensão nas ICES. 2013.

Disponível em: <http://ulbra-to.br/extensao/wp-content/uploads/2015/07/extensao_diretrizes.doc> Acesso em: 02 jul. 2018.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade.**

Disponível em: <http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/812DB764-D217-4CE8-4DE-15F790EE2BF3/0/G3_GuidelinesPTG.pdf>. Acesso: 12 jul. 2018.

GODOY, M. **As divergências e convergências nas informações disponibilizadas no balanço social entre os três modelos.** 2007. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

IBASE - **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.** Disponível em: <www.ibase.br> Acesso: 02 jul. 2018.

INSTITUTO ETHOS. **Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade 2007.** Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/GuiaBalanco2007_PORTUGUES.pdf>. Acesso: 12 jul. 2018.

IUDÍCIBUS, S.. MARION, J.S. **Introdução à Teoria da Contabilidade.** 4ª. ed. São Paulo: Atlas. 2007.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações:** aplicável às demais sociedades. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KEINERT, T. M. M. **Organizações Sustentáveis:** Utopias e Inovações. São Paulo: Annablume/FAPEMIG, 2007.

KRAEMER, M. E. Responsabilidade Social: uma alavanca para a sustentabilidade. **Revista Pensar Contábil**, v. 3, n. 9. Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

KROETZ, C. E. S. **Balanço Social** –Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, J.C. **Análise das Demonstrações Contábeis:** Contabilidade Empresarial. 7ª Edição, São Paulo: Atlas S.A, 2012.

_____. **Contabilidade Empresarial.** 15.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, A.S.R. et al. **O balanço social como um instrumento de informação para a sociedade:** um estudo na Universidade Federal do Rio Grande. 2013. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/5337>> Acesso: 03 jul. 2018.

MAZZIONI, S.; TINOCO, J.E.P.; OLIVEIRA, A.B.S. **Proposta De Um Modelo De Balanço Social Para Fundações Universitárias.** 2007. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/base/article/view/5613/2815>> Acesso: 03 jul. 2018.

MOROSINI, M. C. **A universidade no Brasil: concepções e modelos.** Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006.

NEGRA, C.A.S.; TEIXEIRA, F. S.; CARMO, R.F. **O balanço social na gestão das instituições de ensino superior.** 2001. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/181>> Acesso: 03 jul. 2018.

PASSADOR, C. S. **A responsabilidade social no Brasil: uma questão em andamento.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD, 7., 2002, Lisboa. Anais...CLAD, 2002.

PEREIRA, R. S. Responsabilidade Social na Universidade. **Revista Gerenciais**, 2, 113-125, 2003.

RIBEIRO, M.S. **Contabilidade Ambiental.** 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

SANTOS, A. **Demonstração do Valor Adicionado: Como elaborar e analisar a DVA.** São Paulo: Atlas, 2003.

SCHMIDT, J. P.; CAMPIS, L. A. C. As instituições comunitárias e o novo marco jurídico do público não estatal. In: SCHMIDT, J. P. (Org.). **Instituições comunitárias: instituições públicas não estatais.** Santa Cruz: Edunisc, 2009.

TINOCO, J. E. P; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TORRES, C. **Um pouco da história do Balanço Social.** 2005. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 29 jul. 2018.

_____. (Coord.). **Balanço social: o desafio da transparência.** Rio de Janeiro: Ibase, 2008. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2>> Acesso em: 02 jul 2018.

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ. **A Unochapecó.** Disponível em: < <https://www.unochapeco.edu.br/info/a-unochapeco-2>> Acesso em: 12 maio 2018.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. **Sobre a Unesc.** Disponível em: < <http://www.unesc.net/portal/capa/index/91/5139>> Acesso em: 12 maio 2018.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Sobre a Unoesc.** Disponível em: < <http://www.unoesc.edu.br/unoesc/sobre>> Acesso em: 12 maio 2018.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. **Sobre a Unisul.** Disponível em: < <http://www.unisul.br/wps/portal/home/conheca-a-unisul>> Acesso em: 12 maio 2018.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ. **Sobre a Univali.** Disponível em: < <https://www.univali.br/institucional/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 12 maio 2018.

YOUNG, R. **Gestão da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável.** 2009. Disponível em: <<http://www.uniethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3888&Alias=uniethos&Lang=pt-BR>>. Acesso: 22 jul. 2018.